

ISSN

**working papers/textos para discussão**  
número 13 ▪ fevereiro de 2016

## **Ministros da área econômica no Brasil (1964-2015): por que saem e para onde vão?**

Renato Perissinotto (ufpr; nusp)  
Eric G. Dantas (ufpr; nusp)



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

**Renato Perissinotto** é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Entre 2011-2012 fez o seu pós-doutorado no Latin American Centre, na Oxford University, como Visiting Researcher, com bolsa do CNPq.

**Eric G. Dantas** é graduado em Economia (2011) pela Universidade Federal da Paraíba, é mestre (2015) e atualmente doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.

## **Resumo**

O presente paper segue as questões presentes na literatura voltada para as razões de saída dos ministros. Para tanto, ele se estrutura em quatro itens: no primeiro deles, apresentamos informações referentes ao tempo de permanência dos ministros nos seus cargos; na segunda parte, identificamos as razões de saída dos ministros; em seguida, valendo-se de algumas variáveis dos nossos bancos, avaliamos o impacto dessas variáveis nas razões de chance de saída dos ministros; por fim, procuramos saber se há alguma conexão entre a origem do ministro, do ponto de vista de sua última ocupação antes do cargo, e o seu destino após a demissão. Para cada um desses processos, comparamos o período da ditadura militar (1964-1985) com o atual período democrático (1985-2015).

Este texto é uma versão preliminar de um trabalho ainda em curso. Não citar sem autorização do autor, que pode ser contatado por e-mail: [monseff@gmail.com](mailto:monseff@gmail.com)

## **Apresentação**

A literatura sobre o processo de formação de gabinetes segue variados caminhos teóricos. Para grande parte dessa literatura, a principal questão de pesquisa refere-se aos impactos do arranjo partidário sobre a seleção/demissão/sobrevivência dos ministros. Segundo os autores que se dedicam a esse tema, esse processo tende a ser significativamente diferente dependendo de o governo ser um governo de partido único ou um governo de coalizão. Nesse tipo de estudo, “*A clear distinction needs to be made between single-party and coalition governments, as chief executives’ leeway in hiring and firing ministers is arguably quite different in these two types of contexts*” (Dowding & Dumont, 2009, p. 15).

Os analistas dedicados ao estudo de governos de coalizão tendem a enfatizar a filiação partidária do ministro como decisiva para a sua nomeação ou para sua demissão. Afinal, o primeiro dever de um governo de coalizão é fazer com que seu gabinete seja a expressão da base aliada que lhe dá sustentação no parlamento. Desses estudos, vários são dedicados ao estudo de governos de coalizão em democracias parlamentaristas ou semiparlamentaristas europeias, tais como Itália, Alemanha, Bélgica, Portugal, dentre outros ((Blondel, Müller-Rommel, & Malovà, 2007; Dowding & Dumont, 2009). No que diz respeito ao presidencialismo de coalizão, o caso clássico é o brasileiro. De maneira muito geral, o que a literatura dedicada a esse tema sugere é que o processo de seleção de ministros no caso brasileiro é condicionado primordialmente pela necessidade do presidente atender as exigências da coalizão que sustenta o seu governo. Assim, esses estudos procuram mostrar que o presidente busca sempre reproduzir no âmbito do gabinete a mesma proporcionalidade presente na coalizão ((Amorim Neto, 1994, 2000; Batista, 2013; Inácio, 2013; Vassela, 2009). Nesse sentido, ainda que outros critérios sejam levados em consideração por alguns desses autores (Inácio, 2013), a origem partidária do ministro ocupa, sem dúvida alguma, lugar central na explicação propiciada pela literatura voltada ao estudo do presidencialismo de coalizão.

Os autores que estudam os governos de partido único, por sua vez, procuram mostrar como as características desse sistema de governo obrigam o chefe de governo a levar em consideração outros critérios além da filiação partidária do selecionado. No caso de sistemas parlamentaristas que geram governos de partido único (como o caso britânico), o gabinete nasce “automaticamente” do partido majoritário; no caso de presidencialismo de partido único (como no caso argentino), cabe ao presidente escolher dentro do seu partido os nomes que o ajudarão a governar. Nesse sentido, o partido não é mais o único critério relevante para a seleção de ministros, tendo o analista que identificar quais outros fatores que o primeiro-ministro ou o presidente deve levar em consideração para escolher seus auxiliares, notadamente sua experiência política, seu vínculo com movimentos e grupos sociais, sua carreira, suas redes de sociabilidade e sua competência para o cargo (Camerlo, 2013; Gené, Heredia, & Perelmiter, 2014; Gené, 2015; Giorgi, 2014; Huber & Martinez-Gallardo, 2004; Rose, 1971) ou mesmo questões de natureza estratégica, como as indicadas por (Dowding & Dumont, 2009; Indridason & Christofer, 2008)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma vasta literatura se preocupa em identificar variáveis não propriamente institucionais ao estudar o processo de seleção de ministros, notadamente variáveis de background social e de

No entanto, uma parte importante dessa literatura orientou suas questões menos para o processo de nomeação dos ministros e mais para as razões de sua saída. Nesse caso, encontramos três perspectivas. Primeiramente, há a preocupação em identificar e descrever as razões visíveis da saída, cujo objetivo é essencialmente categorizar tais razões e identificar a predominante. Em segundo lugar, há os que se preocupam menos com as razões de saída alheias à vontade do chefe de governo e mais com os motivos que o levam a demitir seus ministros. Por fim, há alguns autores que se preocupam em identificar algumas variáveis (institucionais, políticas, sociais, de carreira) que possam afetar as chances de sobrevivência de um ministro.

No que diz respeito à categorização das razões de saída, não há muita diferença. Por exemplo, (Camerlo, 2013) as codifica da seguinte maneira: ineficiência, escândalos, conflito com o congresso, conflito interno, eleições, reacomodações internas e outros. No caso do presidencialismo argentino, revela-se que as saídas dos ministros indicam alta discricionariedade do presidente, que, muitas vezes, na ausência de conflitos, ainda assim optam por mudar os seus ministros seguindo lógicas não estritamente institucionais. (Pinto & Almeida, 2009), no seu estudo sobre Portugal, apresentam a seguinte lista: performance, desacordo em relação às políticas, conflitos intrapartidários, erros pessoais, escândalos, morte, erro departamental, embate de personalidades, liderança partidária. No caso em questão, predominaria a baixa performance como razão de saída. (Dowding & Dumont, 2009, p. 14) são mais parcimoniosos e sugerem apenas três razões para saída: desacordo com a linha política do governo, escândalo pessoal ou político e renovação. (Christofer & Indridason, 2009, p. 52) apresentam as seguintes razões: término do gabinete sem renomeação, término do gabinete com renomeação, reordenação de gabinete (*reshuffle*), renúncia, fim de nomeação provisória e morte. (Rose, 1971, p. 397) quando sugere os motivos pelos quais um primeiro-ministro nomeia um ministro para o seu gabinete sugere, ao mesmo tempo, razões de saída diferentes. Aqui a preocupação se centra mais nos motivos do chefe de governo. Como vimos, para este autor, este indica um ministro em função de sua capacidade de produzir representatividade, de sua lealdade e de sua competência. Ora, a falta de representatividade, quebra de lealdade e baixa performance, portanto, aparecem como razões para demiti-los. Para Indridason e Kan o mais forte motivo que o chefe de governo pode ter para demitir um ministro é conter sua autonomia e, por conseguinte, limitar sua capacidade de acumular poder e disputar com o próprio primeiro ministro. Menos do que razões de desempenho é a disputa pelo poder que explica a maioria das saídas. Nesse sentido, é ruim para um ministro ter um baixo desempenho, mas também é ruim para ele destacar-se demasiadamente.

Por fim, autores como (Berlinski, Dewan, & Dowding, 2007; Huber & Martinez-Gallardo, 2008) procuram estabelecer relações causais mais fortes entre a saída dos ministros e variáveis mais amplas, que abrangem tanto variáveis motivacionais, como de perfil social, ocupacional e político dos ministros. Esses autores trabalham com modelos que medem as razões de chance de sobrevivência dos ministros, lançando mão do modelo de Cox, que é uma regressão para medir

---

carreira. Ver, por exemplo: (Almeida & Pinto, 2003; Almeida, 2005; Cheibub, 1989; Christofer & Indridason, 2009; Huber & Martinez-Gallardo, 2004; Loureiro, Abrucio, & Rosa, 1998; Loureiro & Abrucio, 1999; Luque Castillo, 2012; Nunes, 2013; Pinto & Almeida, 2009; Rose, 1971; Silveira, 2015).

esse problema. Huber e Martinez-Gallardo fazem um modelo composto pelas seguintes variáveis: número de partidos efetivos, pertencer ou não a um governo de partido único minoritário, pertencer ou não a uma coalizão minoritária, pertencer ou não a uma coalizão majoritária, pertencer ou não ao partido único majoritário, ao partido do Primeiro Ministro. A ideia é medir qual o impacto dessas variáveis na sobrevivência do ministro, medindo as chances de um ministro permanecer no cargo a partir de cada uma dessas variáveis. Berlinski, Dewan e Dowding enfatizam no seu modelo características pessoais do ministro (formação, background educacional, gênero), as suas características políticas (se pertence ao partido do primeiro ministro, se lhe é próximo ideologicamente, experiência política, ranque do ministro) e as características do governo a que o primeiro ministro serve (se é de partido único, se é de coalizão, se é majoritário ou minoritário). Os autores concluem que o background educacional, gênero, *seniority*, ranque do ministro são as variáveis mais significativas a afetar a permanência do ministro no governo.

O presente *paper* segue as questões presentes neste tipo de literatura voltada para as razões de saída dos ministros. Para tanto, ele se estrutura em quatro itens: no primeiro deles, apresentamos informações referentes ao tempo de permanência dos ministros nos seus cargos; na segunda parte, identificamos as razões de saída dos ministros; em seguida, valendo-se de algumas variáveis dos nossos bancos, avaliamos o impacto dessas variáveis nas razões de chance de saída dos ministros; por fim, procuramos saber se há alguma conexão entre a origem do ministro, do ponto de vista de sua última ocupação antes do cargo, e o seu destino após a demissão. Para cada um desses processos, comparamos o período da ditadura militar (1964-1985) com o atual período democrático (1985-2015).

### **Observações preliminares**

Antes, porém, de apresentarmos mais detalhadamente nossos objetivos, algumas observações preliminares são importantes.

Sobre a natureza dos dados aqui apresentados, é preciso fazer três observações. Primeiramente, a pesquisa em questão tem origem num estudo comparativo sobre ministros no Brasil e na Argentina. Essa pesquisa encontra-se em estágio ainda inicial, tanto na Argentina como no Brasil. Por essa razão, os dados apresentados aqui são ainda muito provisórios e não comparativos. Os dados referentes aos ministros argentinos e os referentes aos demais ministros brasileiros estão ainda em fase de coleta<sup>2</sup>. Em segundo lugar, este *paper* lida apenas com os “ministérios econômicos” brasileiros (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central). Nesse sentido, os achados aqui apresentados não podem ter a pretensão de dizer algo para além dos ministérios aqui analisados durante o período indicado. Quando esses dois limites forem superados poderemos não apenas comparar os ministérios entre si como também a lógica de seleção e demissão de ministros em dois regimes presidencialistas distintos: de coalizão (Brasil) e de partido único (Argentina). Por fim, os dados aqui apresentados foram retirados de diversas fontes: o *Dicionário Histórico*

---

<sup>2</sup> A pesquisa comparativa intitula-se “Recrutamento ministerial em regimes presidenciais: Brasil e Argentina pós-redemocratização”, coordenada por Renato Perissinotto (PPGCP-UFPR-CNPq), Adriano Codato (PPGCP-UFPR-CNPq) e Mariana Gené (UBA-Conyctet).

*Biográfico Brasileiro* (DHBB)<sup>3</sup> e, de maneira complementar, utilizamos as *webpages* dos respectivos ministérios, livros de memória e biografias. O DHBB constitui-se na principal fonte para a elaboração do nosso banco de dados. Trata-se de um tradicional dicionário biográfico, escrito por historiadores e outros especialistas, publicados por uma das mais importantes instituições de pesquisa documental do Brasil, o Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. No que concerne especialmente aos ministros de Estado, o Dicionário apresenta verbetes geralmente bastante completos e detalhados.

O período analisado justifica-se por duas razões: primeiramente, a partir de 1965 consolida-se a tríade de ministérios econômicos brasileiros. O Ministério da Fazenda é o mais antigo deles e sua origem pode ser remontada ao período colonial. O Ministério do Planejamento tem história institucional um pouco mais conturbada. Surgiu em 1962, sob o governo de João Goulart, foi fechado logo após o golpe de 1964 para, em seguida, ser reaberto e, sob o comando de Roberto Campos, ser a agência responsável pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), nos primeiros anos da ditadura militar. Em 1974, o MP é transformado em secretaria com status ministerial e passa a se chamar Secretaria de Planejamento (Seplan), diretamente ligada à presidência da República, e centro das decisões econômicas no período. Permanece como Seplan até 1995, mas sendo, pouco a pouco, esvaziada de suas atribuições, sobretudo em 1987, quando então perdeu o controle sobre a Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest). Em 1999 passa a ser designado como Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e recupera parte das suas atribuições no que concerne ao processo de formulação da política econômica no país. O Banco Central, que no Brasil tem atualmente status de ministério, tem um longo processo de maturação. No entanto, marco central desse processo foi a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 1945, por Getúlio Vargas, que passou a exercer funções de autoridade monetária, antes sob alçada do Banco do Brasil. Em 1964, após o golpe, a Sumoc é definitivamente transformada em Banco Central, integrante do Sistema Financeiro Nacional, cujas atividades se iniciaram no ano de 1965.

Uma segunda justificativa diz respeito às mudanças políticas que ocorreram durante esse período. Em 1964 instalou-se a ditadura militar no Brasil, que durou até 1985, quando toma posse o primeiro presidente civil. Durante o período analisado tempos, portanto, 21 anos de ditadura militar e trinta anos de democracia. O nosso universo é composto de 87 indivíduos, dos quais 29 (33,3%) foram ministros exclusivamente durante o período ditatorial e os demais 58 (66,7%) exclusivamente durante a democracia, compondo dois grupos bastante distintos e que nos permite levar em consideração o regime político como uma possível variável explicativa das diferenças entre os ministros.

## **Os dados**

### *O tempo de permanência dos ministros econômicos no cargo*

Uma primeira aproximação dos nossos dados revela duas diferenças importantes, como se pode ver pela tabela a seguir.

---

<sup>3</sup> Cujo acesso encontra-se aqui <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.



Tabela 1: Tempo médio de permanência dos ministros no cargo em meses e média de nomeações por ano, por regime e por ministério (1965-2015)

<b>Regime e ministérios</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Nomeações/ano</b>
Geral	21,86	18,86	1,74 (87)
Ditadura	29,59	22,24	1,38 (29)
Democracia	16,95	15,48	1,93 (58)
MF (Dt)	31,42	21,81	0,57 (12)
<b>MP (Dt)</b>	<b>35,29</b>	<b>26,11</b>	<b>0,33 (7)</b>
BC (Dt)	23,40	20,78	0,47 (10)
MF (Dm)	16,58	16,76	0,63 (19)
MP (Dm)	15,75	13,79	0,66 (20)
BC (Dm)	18,58	16,50	0,63 (19)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

Primeiramente, a média de permanência no cargo, independentemente do regime político e do ministério em questão, gira em torno de 20 meses, com 1,7 nomeações por ano ao longo dos 50 anos aqui analisados. No entanto, quando diferenciamos os regimes políticos – ditadura militar e democracia –, percebe-se que a média de permanência nos cargos em meses é bem maior durante a ditadura do que a encontrada na democracia (13 meses a mais). Isso certamente reflete mais as características do nosso presidencialismo de coalizão do que a estabilidade da ditadura militar brasileira.

As diferenças ficam mais interessantes quando desagregamos os dados por ministérios. As diferenças entre os dois regimes se reproduzem quanto à média de tempo de permanência nos cargos em questão, mas algumas especificidades se fazem notar. Primeiramente, salta aos olhos o lugar de destaque do MP, revelando os diferentes lugares institucionais que essa agência ocupou nos dois regimes. Enquanto durante a ditadura militar, especialmente durante a presidência do General Ernesto Geisel, o MP (então Secretaria do Planejamento) tinha sob sua responsabilidade a maior parte dos assuntos econômicos, essa mesma agência perdeu, após 1985, força política e foi sendo pouco a pouco esvaziada de suas atribuições. No MF, por sua vez, a média de permanência em meses dos seus ministros durante a ditadura é o dobro da média encontrada para o período democrático. A instituição que reduz as diferenças entre os dois regimes é o Banco Central com médias mais próximas entre os dois regimes.

#### *Razões de saída*

As razões pelas quais os ministros da área econômica deixam os seus cargos variam bastante, como se vê abaixo.

Tabela 2: Razões de saída geral e por regime (N e %)

<b>Razões</b>	<b>Geral</b>	<b>Ditadura</b>	<b>Democracia</b>
interino	5 (5,7)	5 (17,2)	---
fim de mandato	25 (28,7)	11 (37,9)	14 (24,1)
pressão	1 (1,1)	1 (3,4)	---
transferido	5 (5,7)	1 (3,4)	4 (6,9)
embate	23 (26,4)	5 (17,2)	18 (31,0)
performance	3 (3,4)	---	3 (5,2)
renúncia	1 (1,1)	1 (3,4)	---
escândalo	7 (8,0)	---	7 (12,1)
eleições	3 (3,4)	---	3 (5,2)
NA	12 (13,8)	5 (17,2)	7 (12,1)
SI	2 (2,4)	---	2 (3,4)
Total	87 (100,0)	29 (100,0)	58 (100,0)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

Ao tomarmos todo o período aqui analisado, podemos perceber que no caso da ditadura militar há predominância de ministros que saíram do cargo apenas ao término do mandato presidencial (37,9% do total), enquanto esse percentual é bem menor para a democracia (24,1%). Isso condiz com o maior percentual de ministros que ficaram por todo o governo na ditadura (44,8%), quando comparado com a democracia (apenas 13,8%)<sup>4</sup>. Diferentemente, durante a democracia, o maior percentual de razões de saída encontra-se em “embate”, o que, mais uma vez, pode refletir as dificuldades do nosso presidencialismo de coalizão. Observe-se ainda que somente durante a democracia aparece a variável escândalo.

<sup>4</sup> Nesses casos, o número dos que ficaram por todo um governo não coincide com o número dos que saíram ao fim do mandato porque, no nosso banco, um indivíduo pode participar de dois governos sem ser exonerado do cargo. Nesses casos temos um mesmo indivíduo em dois governos, mas registrado com apenas um mandato. É o caso, por exemplo, de Guido Mantega, Ernane Galvêas, Delfim Netto, entre outros.

Tabela 3: Razões de saída por ministério e regime (N e %)

Razões	MF (Dt)	MP (Dt)	BC (Dt)	MF (Dm)	MP (Dm)	BC (Dm)
Interino	5 (41,7)	---		---	---	---
fim de mandato	4 (33,0)	5 (71,4%)	2 (20,0)	5 (26,3)	5 (25,0)	4 (21,1)
Pressão	---	---	1 (10,0)	---	---	---
Transferido	---	---	1 (10,0)	---	4 (20,0)	---
Embate	1 (8,3)	---	4 (40,0)	6 (31,6)	5 (25,0)	7 (36,8)
Performance	---	---	---	3 (15,8)	---	---
Renuncia	---	1 (14,3)	---	---	---	---
Escândalo	---	---	---	1 (5,3)	1 (5,0)	5 (26,3)
Eleições	---	---	---	1 (5,3)	2 (10,0)	
NA	2 (16,7)	1 (14,3)	2 (20,0)	3 (15,8)	1 (5,0)	3 (15,8)
SI	---	---	---	---	2 (10,0)	---
Total	12 (100,0)	7 (100,0)	10 (100,0)	19 (100,0)	20 (100,0)	19 (100,0)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

Quando desagregamos os dados, percebemos o MP reforça a sua posição central no arcabouço de decisório da ditadura militar. A esmagadora maioria dos ministros do Planejamento na ditadura sai do cargo apenas ao fim do mandato do presidente. No caso da democracia, em todos os ministérios, a razão predominante de saída é o embate político. Na ditadura, apenas o BC se destaca nesse sentido, talvez evidenciando o processo inicial de institucionalização dessa agência. No que se refere à democracia, curiosamente é o BC que concentra a grande maioria dos casos de saída por escândalo, o que talvez tenha a ver com a proximidade dos indivíduos desta instituição com organizações do mundo financeiro.

### Chances de sobrevivência

Em seguida mobilizamos inicialmente algumas variáveis para testar qual delas afetam as chances de sobrevivência dos ministros analisados. Para tanto, usamos as curvas de Kaplan-Meier e os testes correspondentes. Os casos censurados são os que permaneceram no governo por todo o tempo dos respectivos mandatos presidenciais em que atuaram e perfazem um total de 21 indivíduos (24,1%); os demais são os que sofreram o evento a ser explicado (a saída do cargo durante o mandato presidencial em que atuou). Com isso demos origem a uma variável *dummy*, codificada em 1 = os que foram exonerados do cargo e 0 = os que não foram exonerados. As variáveis utilizadas estão abaixo.

Quadro 1: Definição das variáveis e estatística descritiva

Variável	Descrição	% (N)
Ocupação anterior	Dummy 1 = setor público	36,8% (32)
Economia	Dummy 1 = formado em economia	51,8% (44)
Capital político	Dummy 1 = pai político	12,9% (11)
USP	Dummy 1 = USP	28,7% (25)
UFRJ	Dummy 1 = UFRJ	14,9% (13)
PUCRJ	Dummy 1 = PUCRJ	8,0% (7)
Tempo de carreira	Dummy 1 – acima de 25 anos	43,7 (38)
Regime político	Dummy 1 = Democracia	66,7% (58)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

Os testes de *logrank* para todas as variáveis acima listadas (exceto regime político) revelaram não haver relação estatisticamente significativa entre elas e as chances de sobrevivência dos ministros analisados. No entanto, condizente com as informações apresentadas acima, o mesmo teste revela que as chances de sobrevivência no cargo de um ministro da área econômica eram maiores durante a ditadura militar do que são atualmente na democracia. Abaixo apresentamos a curva de sobrevivência ao longo de todo o período e a curva de sobrevivência separada por regime político. O modelo de Regressão Cox, por sua vez, revelou para essa variável apenas  $\text{sig} = 0,000$  a  $p < 0,001$  e  $\text{Exp}(B)$  de 4,690, o que indica algo em torno de 4 vezes mais chances de ser exonerado do cargo para um ministro da área econômica durante o regime democrático.

Figura 1: Curva de sobrevivência (todo o período)

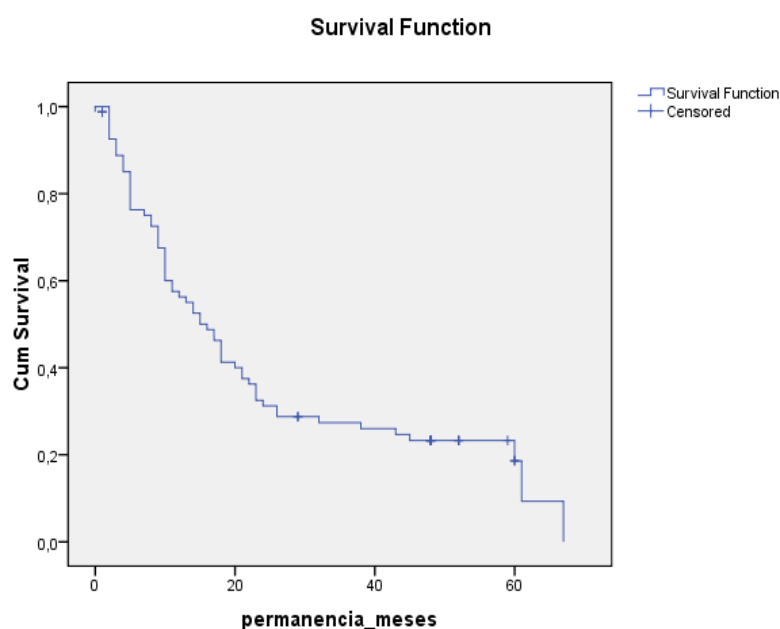
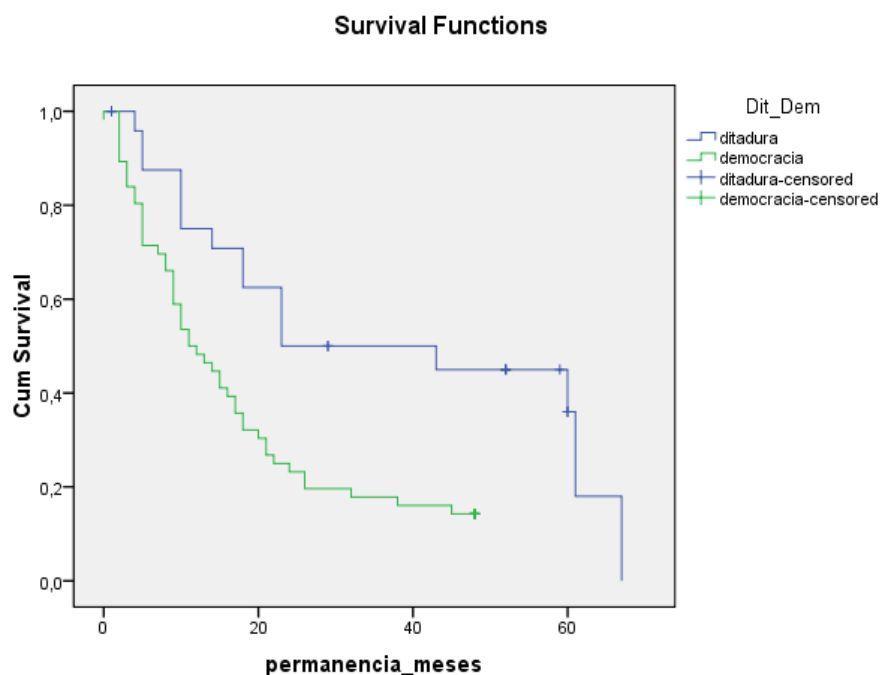


Figura 2: Curva de sobrevivência Ditadura-Democracia



Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

Como já comentamos anteriormente, é bastante esperado esse padrão de sobrevivência nos dois regimes dada a configuração, sobretudo, do governo de coalizão de nossa atual democracia, em que o número de partidos efetivos é extremamente alto<sup>5</sup>. Os dados revelam que nem mesmo os ministérios econômicos, normalmente tidos como “técnicos”, escapam dessa lógica, pelo menos se compararmos a dinâmica de nomeação e exoneração com os tempos da ditadura.

### De onde e para onde

Mas de onde vêm os ministros? Para onde vão quando deixam o cargo? Para responder a essas questões registramos em nosso banco de dados a ocupação exercida pelo indivíduo imediatamente anterior à entrada no cargo de ministro e a ocupação de destino logo após ter saído da pasta. Codificamos essas diferentes ocupações como segue: bancos públicos (BNDE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, bancos estaduais), ministérios econômicos (MF, MP e BC), outros órgãos públicos (outros ministérios, empresas estatais e diversas agências públicas nos diversos níveis de governo), bancos e consultorias (bancos privados, empresas de consultoria e demais empresas privadas), política (cargos eletivos e outros cargos políticos) e pesquisa (atividades acadêmicas e de pesquisa). Os dados, geral e para os dois regimes, podem ser vistos a seguir:

<sup>5</sup> Nota sobre número de partidos efetivos ao longo do período democrático.

Tabela 4: Posição de destino e posição de origem, geral e por regime político (N e %)

Origem	Destino	Destino						Total
		Bancos públicos	Ministérios econômicos	Outros órgãos públicos	Bancos e consultorias	Política	Pesquisa	
<b>Geral</b>								
	Bancos públicos	1 (9,1)	0 (,0)	1 (9,1)	9 (81,8)	0 (,0)	0 (,0)	11 (100,0)
	Ministérios econômicos	0 (,0)	7 (25,9)	3 (11,1)	14 (51,9)	0 (,0)	3 (11,1)	27 (100,0)
	Outros órgãos públicos	2 (12,5)	0 (,0)	4 (25,0)	2 (12,5)	7 (43,8)	1 (6,3)	16 (100,0)
	Bancos e consultorias	1 (6,7)	4 (26,7)	0 (,0)	9 (60,0)	0 (,0)	1 (6,7)	15 (100,0)
	Política	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	4 (50,0)	0 (,0)	8 (100,0)
	Pesquisa	0 (,0)	1 (50,0)	0 (,0)	0 (,0)	0 (,0)	1 (50,0)	2 (100,0)
	<b>Total</b>	5 (6,3)	13 (16,5)	9 (11,4)	35 (44,3)	11 (13,9)	6 (7,6)	79 (100,0)
<b>Ditadura</b>								
	Bancos públicos	1 (14,3)	0 (,0)	0 (,0)	6 (85,7)	0 (,0)	0 (,0)	7 (100,0)
	Ministérios econômicos	0 (,0)	5 (35,7)	0 (,0)	7 (50,0)	0 (,0)	2 (14,3)	14 (100,0)
	Outros órgãos públicos	0 (,0)	0 (,0)	3 (60,0)	1 (20,0)	1 (20,0)	0 (,0)	5 (100,0)
	Bancos e consultorias	0 (,0)	2 (66,7)	0 (,0)	1 (33,3)	0 (,0)	0 (,0)	3 (100,0)
	<b>Total</b>	1 (3,4)	7 (24,1)	3 (10,3)	15 (51,7)	1 (3,4)	2 (6,9)	29 (100,0)
<b>Democracia</b>								
	Bancos públicos	0 (,0)	0 (,0)	1 (25%)	3 (75,0)	0 (,0)	0 (,0)	4 (100,0)
	Ministérios econômicos	0 (,0)	2 (15,4)	3 (23,1)	7 (53,8)	0 (,0)	1 (7,7)	13 (100,0)
	Outros órgãos públicos	2 (18,2)	0 (,0)	1 (9,1)	1 (9,1)	6 (54,5)	1 (9,1)	11 (100,0)
	Bancos e consultorias	1 (8,3)	2 (16,7)	0 (,0)	8 (66,7)	0 (,0)	1 (8,3)	12 (100,0)
	Política	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	1 (12,5)	4 (50,0)	0 (,0)	8 (100,0)
	Pesquisa	0 (,0)	1 (50,0)	0 (,0)	0 (,0)	0 (,0)	1 (50,0)	2 (100,0)
	<b>Total</b>	4 (8,0)	6 (12,0)	6 (12,0)	20 (40,0)	10 (20,0)	4 (8,0)	50 (100,0)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira - UFPR

A tabela revela dados bastante interessantes. Podemos fazer as seguintes considerações.

Primeiramente, percebe-se que as posições de origem referentes ao setor público são amplamente majoritárias ao longo do período, durante a ditadura e durante a democracia. Se somarmos os números relativos aos bancos públicos, aos ministérios econômicos e aos demais órgãos públicos temos 68% dos ocupantes dos ministérios econômicos oriundos do setor público se levarmos em consideração todo o período, 89% para o período da ditadura e 56% para o período democrático.

Em segundo lugar, quando olhamos para as posições de destino, percebemos que para todo o período e para os dois diferentes regimes aqui analisados prevalecem posições de mercado. Para todo o período, 44,3% dos indivíduos foram para atividades de banco e consultorias privados, 51,7% durante a ditadura militar e 40% durante a democracia. O período democrático é aquele que conta com maior percentual de indivíduos oriundos deste mesmo setor, 24% contra algo em torno de 10% no caso da ditadura.

Em terceiro lugar, é muito interessante ver os dados desagregados para o que chamamos aqui de “setor público”. Os indivíduos oriundos dos bancos públicos e dos ministérios econômicos destinam-se, na sua esmagadora maioria, para o setor de bancos e consultorias privados. Quando levamos em consideração todo o período, 81,8% dos indivíduos oriundos dos bancos públicos e 51,9% daqueles que vieram dos ministérios econômicos vão para o setor de bancos e consultorias; esses números são 85,7% e 50,0%, respectivamente, para o período ditatorial e, por fim, 75,0% e 53,0%, respectivamente, para o período democrático. Diferentemente, os indivíduos oriundos de outros órgãos públicos tendem a se destinar para esse mesmo setor (sobretudo no caso da ditadura) ou para a atividade política. A comparação entre origem e destino dos ministros da área econômica durante o período aqui analisado revela, portanto, que há grande proximidade entre o setor público (como origem) e o setor privado (como destino). O contrário, vale observar, não se verifica: ministros que vieram do setor de bancos e consultorias tendem a se destinar para esse mesmo setor quando deixam o cargo.

## **Conclusões**

A título de conclusão, podemos enfatizar três aspectos revelados pelos dados apresentados acima.

1. As diferenças encontradas em termos de tempo médio de permanência no posto de ministro e aquelas identificadas quanto à razão da saída dos titulares dos seus respectivos cargos ministeriais revelam uma clara diferença entre o período ditatorial e o período democrático: este último é marcado por um tempo médio de permanência significativamente menor e no qual predomina claramente o embate político como principal razão de saída dos ministros econômicos. Isso, muito provavelmente, tem a ver com as características do nosso presidencialismo de coalizão, que obriga o presidente a periodicamente reorganizar seu gabinete em função de mudanças na coalizão. Como os ministérios econômicos tendem a serem protegidos nesse processo, é provável que esses dados sejam ainda mais contundentes quando analisarmos os demais ministérios comparativamente.

2. Para todo o período e para os dois regimes pudemos ver que nenhuma das variáveis societárias (pai com capital político, formação e setor de origem da ocupação anterior) ou políticas (tempo de carreira) revelaram-se estatisticamente significativa para as chances de sobrevivência. Foi o regime político que se mostrou a variável mais importante a afetar as chances de permanência dos ministros no cargo. Observe-se, entretanto, que esses ministérios econômicos têm peculiaridades técnicas que talvez expliquem esse fato. Independente de origem social e experiência política tende-se a exigir dos indivíduos que ocupam

esse cargo um perfil específico, que muito provavelmente não se repete para os demais ministérios.

3. Por fim, os dados referentes à origem e ao destino dos ministros aqui analisados mostram clara proximidade entre origem no setor público e destino para o mercado, em atividades no setor financeiro, empresarial e de consultoria privada. Nesse sentido, tais dados ao menos sugerem que para aqueles que entram nos ministérios econômicos o mercado é o destino preferencial onde se dará a continuidade de suas carreiras.

## Referências

- Almeida, P. T. (2005). The Portuguese Administrative Elites: 1851-1910. *História Das Ideias*, (26), 439–62.
- Almeida, P. T., & Pinto, A. C. (2003). Portuguese Ministers, 1851–1999: Social Background and Paths to Power. In P. T. Almeida, António Costa Pinto, & N. Bermeo (Eds.), *Who Governs Southern Europe?* (pp. 4–37). London: Frank Cass Publishers.
- Amorim Neto, O. (1994). Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooperação. *Nova Economia*, 4(1), 9–34.
- Amorim Neto, O. (2000). Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, 43(3).
- Batista, M. (2013). O poder no executivo: uma análise do papel da Presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão (1995-2010). *Opinião Pública*, 19(2), 449–73.
- Berlinski, S., Dewan, T., & Dowding, K. (2007). The Length of Ministerial Tenure in the United Kingdom, 1945–97. *British Journal of Political Science*, 37(2), 245–62.
- Blondel, J., Müller-Rommel, F., & Malovà, D. (2007). *Governing New European Democracies*. New York: Palgrave MacMillan.
- Camerlo, M. (2013). Gabinetes de partido único y democracias presidenciales. indagaciones a partir del caso argentino. *América Latina Hoy*, (64), 119–142.
- Cheibub, Z. B. (1989). A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Revista de Administração Pública*, 23(2), 97–128.
- Christofer, K., & Indridason, I. (2009). Cabinet dynamics and ministerial careers in the French Fifth Republic. In K. Dowding & P. Dumont (Eds.), *The Selection of Ministers in Europe: Hiring and Firing*. (pp. 41–57). London: Routledge.




- Dowding, K., & Dumont, P. (2009). Structural and strategic factors affecting the hiring and firing of ministers. In K. Dowding & P. Dumont (Eds.), *The Selection of Ministers in Europe. Hiring and Firing* (pp. 1–20). New York/London: Routledge.
- Gené, M. (2015). Al interior de la política. trayectorias, destrezas y modos de hacer política en el ministerio del interior (1983-2007). Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.
- Gené, M., Heredia, M., & Perelmiter, L. (2014). La acción estatal en plural. Ministerios, racionalidades y desafíos de gobierno en la Argentina democrática. Buenos Aires.
- Giorgi, G. I. (2014). Los factores “extrapolíticos” de la carrera política: una aproximación a las sociabilidades de los ministros de la Nación en la Argentina (1854-2011). *Revista de Ciencia Política*, 52(2), 243–75.
- Huber, J. D., & Martinez-Gallardo, C. (2004). Cabinet Instability and the Accumulation of Experience: The French Fourth and Fifth Republics in Comparative Perspective. *British Journal of Political Science*, 34(1), 27–48.
- Huber, J. D., & Martinez-Gallardo, C. (2008). Replacing Cabinet Ministers: Patterns of Ministerial Stability in Parliamentary Democracies. *American Political Science Review*, 102(2), 169–180.
- Inácio, M. (2013). Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas. *América Latina Hoy*, (64), 41–66.
- Indridason, I., & Christofer, K. (2008). Cabinet Reshuffles and Ministerial Drift. *British Journal of Political Science*, 38(4), 621–56.
- Loureiro, M. R., & Abrucio, F. L. (1999). Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 69–89.
- Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., & Rosa, C. A. (1998). Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. *Revista Do Serviço Público*, (4), 46–82.
- Luque Castillo, F. J. (2012). *Los ministros de Hacienda en España (1901-1986): perfil sociopolítico e influencia*. Universidad De Granada.
- Nunes, F. A. (2013). “One country, three systems”: The recruitment of administrative elites in Portugal, 1999–2009. *Portuguese Journal of Social Science*, 12(2), 163–178.
- Pinto, A. C., & Almeida, P. T. (2009). The primacy of ‘independents. In K. Dowding & P. Dumont (Eds.), *The Selection of Ministers in Europe: Hiring and Firing*. (pp. 147–58). London: Routledge.

- Rose, R. (1971). The Making of Cabinet Ministers. *British Journal of Political Science*, 1(4), 393–414.
- Silveira, P. (2015). Os secretários de Estado da democracia portuguesa, 1976-2011. *Análise Social*, 214(1), 128–58.
- Vassela, F. (2009). Nomeações ministeriais e importância partidária na democracia de 1946-64: análises comparativas em relação à democracia atual. *Perspectivas*, 35, 173–210.

**como citar:**

Perissinotto Renato; Dantas, Eric G. Ministros da área econômica no Brasil (1964-2015): por que saem e para onde vão?. **working papers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil.** NUSP/UFPR, n. 13, fevereiro 2016. p. 1-20. ISSN

Copyright© 2016

 observatory of social and political elites of brazil  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

### **working papers series/coleção textos para discussão**

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolghesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/puc-pr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

### **observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp  
rua general carneiro, 460 sala 904  
80060-150, curitiba – pr – brasil  
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

### **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Working Papers** are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) .

ISSN